

Visão da América Latina *

RODRIGUES GARCIA TREVINO

Apesar de suas graves deficiências e fraquezas, e talvez por causa da agitação de nossa época, a ONU tem sido de alguma utilidade para o mundo. Portanto, é lamentável que, há vários anos, a imprensa e os altos funcionários do país que é o seu principal financiador, os EUA, venham expressando, de forma cada vez mais freqüente e enérgica, condenações pelo que está sucedendo naquela organização. Tais condenações são tão freqüentes e numerosas que somente será possível citar algumas.

Em 14 de julho de 1975, Henry Kissinger, secretário de Estado dos EUA, de acordo com o texto de um comunicado de imprensa, "advertiu o Terceiro Mundo de que seu país poderá reduzir sua contribuição financeira à ONU se aquele grupo continuar a utilizar a entidade como *lugar de confrontação*, e não como *tribunal de entendimento*. Em seu mais duro ataque sobre o assunto acusou os países não-alinhados de estarem apelando para "votos sectários, resultados inócuos e táticas arbitrárias", na ONU. O papel da Assembleia Geral da ONU, como válvula de segurança e como instrumento de cooperação internacional, está em perigo. A influência moral que a assembleia deve exercer acha-se enfraquecida, e poderá desaparecer se alguns países, especialmente os principais sustentáculos da organização, perde-

* Transcrito de o *Digesto Econômico*, Ano XXXIII, n.º 249, Mai/Jun 1976.

rem confiança nela...; os que buscam manipular os membros da ONU por meio de abusos de procedimento poderão herdar uma casca vazia”.

Como se vê, as palavras acima mostram em que baixo conceito Washington tem as nações atrasadas, às quais se dá hoje piedosamente o nome de países em desenvolvimento. Contudo, o mais importante é que Kissinger fez a ameaça de que seu país está considerando a possibilidade de abandonar a ONU, para não agir em comum com governos demagógicos e irresponsáveis. E esta não é apenas uma opinião do secretário de Estado, pois, segundo a mesma fonte, “o ponto de vista de Kissinger é, aparentemente, compartilhado pelo Congresso dos EUA, que há pouco reduziu de 100 para 77 milhões de dólares o montante de sua contribuição à UNESCO”.

A esse respeito, há algo ainda mais significativo. Na mesma data, foi publicada outra informação originária de Washington, que dizia, ao pé da letra: “Desde 1968, não foi ratificado um único tratado sobre direitos humanos. Parece que, depois de ter encabeçado a luta para defendê-los, os EUA se tivessem transformado no país mais recalcitrante em dar-lhes seu apoio...; é deplorável saber que se negam a ratificar alguns desses documentos que antes apoiaram tão entusiasticamente”.

Sem dúvida, tal mudança é deplorável; mas, a que se deve ela? A resposta é óbvia e os fatos em que se baseia, evidentes, embora semelhante atitude do Congresso norte-americano tenha provocado uma onda de condenações e gritos histéricos da facção vermelha latino-americana. Consistem em que essa facção utilizou-se durante anos dos direitos humanos como arma de luta, calúnia, injúria e desprestígio das nações, grupos e personalidades que se opõem ao fascismo vermelho.

Assim, *verbi gratia*, o regime chileno do general Pinochet é exposto diariamente à repulsa pela violação dos di-

reitos humanos. Não interessa esclarecer se há nisso exagero, ou não. O importante é saber que sob o governo de Salvador Allende cometeram-se, no Chile, numerosos assassinios políticos e abusos de diversos tipos, embora os comunistas e os "progressistas" e seus seguidores o endeusem acima de tudo. Também defendem Fidel Castro, elogiando-o com a máxima veemência, como o fazem políticos e, até mesmo, chefes de Estado latino-americanos, calando ou desculpando os crimes que ele cometeu, não só no princípio de seu desgoverno, como também hoje, quando o terror segue imperando em Cuba, onde, nestes últimos tempos, para abrigar os prisioneiros políticos que continuam sendo apanhados, foi necessário aumentar, em grande escala, o número dos cárceres e dos campos de concentração.

AS ACUSAÇÕES DE MOYNIHAN

Quanto à atitude que os defensores "revolucionários" e "progressistas" dos direitos humanos mantêm em relação à Rússia, seus satélites europeus, e a China, nada é preciso dizer, pois nunca se soube que tenham condenado as perseguições de que foram e continuam sendo vítimas milhões de pessoas anônimas, para não falar de casos universalmente conhecidos, como de Solzjenitsyn, Sakharov, etc. Mas prosigamos com a atitude dos EUA em relação à ONU, isto é, em relação à maioria dos delegados que nela impõem seus pontos de vista. Pois bem, em 11 de dezembro de 1975, o diplomata norte-americano que representava seu país na organização, Patrick Moynihan, condenou o que ali acontece em termos inusitadamente antidiplomáticos, afirmando que a "assembléia chegou a transformar-se num teatro do absurdo. Pretendemos seriedade diante de um auditório que percebe que tudo é fingido. Começo a sentir que o desprezo do mundo é cada vez mais merecido".

Na ocasião a que nos referimos, Moynihan falava concretamente sobre um comunicado da comissão de descoloni-

zação da ONU, no qual, a pedido de Cuba, pretendia condenar os EUA — como aconteceu, por grande maioria — pelo fato de manter bases militares nas ilhas Virgens, no Caribe, e porque “dá apoio à África do Sul e ao governo de minoria branca da Rodésia, através do Pacto do Atlântico Norte”, ao que respondeu, indignado, o diplomata: “São mentiras... Mentiras!”, esclarecendo, a seguir, que seu país “mantém, nas ilhas Virgens, um serviço de navegação e salva-vidas com 3 homens do serviço de guarda-costas, cujo armamento consiste numa espingarda, um escritório de administração da guarda-costeira e uma embarcação de 27 metros, destinada à busca e resgate, equipada com um canhão de lançar cabos”; informou, de outro lado, que os amigos dos EUA no Caribe e na América Latina disseram aos primeiros que “não temem que a soberania, a independência e a integridade territorial de suas nações estejam ameaçadas por essas instalações e pelos 14 homens que as guarnecem”.

Moynihan também afirmou, na ONU, que a delegação norte-americana recebeu uma advertência indireta dos patrocinadores de que se não recomendasse a adoção pelo conselho do relatório sobre a descolonização teria de enfrentar “uma redação mais enérgica da resolução e um retorno à linguagem de 1974”, ameaça à qual o representante dos EUA respondeu: “Não nos submeteremos a canalhices dessa espécie, somos uma nação de homens e mulheres livres. Não foi por nos assustarmos com facilidade que mantivemos essa liberdade durante dois séculos. Os EUA desejam anunciar que, depois dessa votação, não querem que nenhum membro lhes venha com explicações, como aconteceu antes de que seu nome figurou entre os dos co-patrocinadores sem o seu conhecimento, que não havia lido o relatório, ou que não sabia no que estava votando. Esse jogo acabou”.

O antecedente envergonha qualquer latino-americano que se respeite. Somente pode ser concebido pelos irresponsáveis comunistas cubanos de Fidel Castro. E somente pode ser apoiado pelos “pequeno-burgueses” progressistas, ressentidos

e também irresponsáveis que, como veremos adiante, são donos e senhores de muitos governos do Terceiro Mundo em geral, e da América Latina, em particular. Principalmente considerando-se que as afirmações indignadas de Moynihan não foram refutadas com fatos por ninguém, na ONU; mas, sem dúvida, provocaram a indignação de certos delegados.

Mas, dir-se-á, como as condenações à ONU que mencionamos procedem de um governo, pode muito bem ser que obedeçam a razões exclusivamente políticas. Mas não. Não é apenas um governo que tem hoje péssima opinião da ONU, ou que a considera desvirtuada. Em telegrama procedente de Estocolmo, dizia-se literalmente: "Numa declaração conjunta hoje (12 de dezembro) publicada nesta Capital, 46 laureados com o Prêmio Nobel afirmaram que a ONU não fez "quase nada" para que os Estados-membros respeitem seus acordos sobre os direitos humanos, e instaram a opinião pública mundial a apoiar e estimular os esforços das organizações que lutam pela aplicação desses direitos. A organização internacional perdeu — diz o comunicado — sua eficácia e seu prestígio. Nela são pronunciados discursos sem significado, porque as palavras democracia, liberdade, verdade, justiça ficaram desprovidas de conteúdo".

OS INVEJOSOS E RESENTIDOS

A seguir, a informação que citamos diz que, no referido comunicado, seus signatários afirmaram que o princípio da não-intervenção serve unicamente à ONU para salvar as aparências, e termina explicando que "a declaração conjunta dos 46 premiados foi difundida com a finalidade de coincidir com as cerimônias deste ano de entrega do Prêmio Nobel", coincidência que, a nosso ver, não pode ter sido casual, mas foi premeditada para que ocorresse nos momentos em que a maior evidência da cerimônia em questão foi a impossibilidade de que o cientista e contestatário russo, Andrei Sakharov, comparecesse a ela, devido à proibição do Kremlin, o

que implica numa acusação à ONU de estar sendo manipulada por Moscou.

O quadro que esboçamos de forma breve ficaria incompleto se não lembrássemos que, também na ONU, os delegados do Terceiro Mundo e do mundo "socialista" utilizaram essa tribuna internacional para identificar, em benefício das mais retrógradas nações árabes, o sionismo com o racismo; para pedir que os EUA tratem o totalitarismo cubano não como é, mas como uma democracia; para exigir que a riqueza mundial seja "redistribuída equitativamente" entre os povos desenvolvidos e os subdesenvolvidos — isto é, entre os que trabalharam muito e os que pouco trabalharam — tudo isso aprovado pela organização, com esmagadora maioria de votos, embora tenha havido também sufrágios negativos dos Estados industrializados que, sem dúvida, consideram, como qualquer pessoa normal, que se está pretendendo converter a ONU numa arena de uma espécie de luta de classes entre as nações.

Perguntar-se-á por que, na ONU, se apresentaram como donos e senhores, por grande maioria, homens que levaram a organização à situação na qual se encontra atualmente. Terá sido obra dos delegados que participam dessa tribuna internacional? Ou, ao contrário, é reflexo da política dos governos, que enviam tais delegados com a pretensão não de os representar, mas sim aos povos do Terceiro Mundo, em geral e, repetimos, da América Latina, em particular? Naturalmente, é o último caso e, no que se refere a quase todas as nações latinas da América, explicaremos a causa específica, ainda que, para fazê-lo, tenhamos de reportar-nos um pouco ao passado.

Na América Latina vê-se constantemente como muitos políticos, funcionários públicos e intelectuais, invocando a ONU, se comprazem em denunciar a roupa suja das grandes potências (eufemismo que, na realidade, é quase sempre aplicado aos EUA), para o que, como é óbvio, aproveitam-se de certos episódios históricos do passado, embora estes sejam

irreversíveis. No plano ideológico, a origem e a causa está na influência, pretensamente marxista, que, por intermédio dos intelectuais e de certos órgãos da chamada "grande imprensa", exerce sobre as referidas pessoas a propaganda antiimperialista que é promovida, em escala mundial, pelos centros políticos do comunismo. O alvo principal é os EUA, porque constituem o maior obstáculo à realização do sonho russo de conquista do mundo. Mas também, porque, no plano psicológico, é natural que os ressentidos e invejosos dirijam suas flechas contra a nação mais poderosa e mais rica do mundo. Como também é explicável que, dada a ignorância que se tem, em geral, sobre o verdadeiro marxismo, tal coisa seja feita sob a sua bandeira, ora com franqueza, ora de forma encoberta, ou mesmo ignorando que se está sendo instrumento do comunismo.

Pois bem, há mais de um século Marx e Engels lançaram ao mercado político a teoria de que o capitalismo, por causa de suas contradições internas e por meios violentos ou pacíficos, mas quase sempre pelos primeiros, teria que converter-se, fatal e necessariamente, num regime socialista e coletivista, em que a propriedade privada dos meios de produção e da moeda não mais existiria, sendo a riqueza nacional administrada pelo proletariado, em primeiro lugar, e depois, por toda a sociedade, a partilha dos benefícios econômicos e das distinções sociais teriam tendências igualitárias e, numa palavra, a exploração e a opressão do homem pelo homem desapareceriam.

Nas doze ou treze décadas que transcorreram depois de tal profecia, o desenvolvimento histórico desmentiu-a totalmente, mas apesar disso, inúmeros membros da pequena burguesia de todas as latitudes e, especialmente, dos países do Terceiro Mundo, continuam a considerá-la válida. Para tanto, baseiam-se, não no conhecimento do verdadeiro marxismo, mas no fato de que primeiro a Rússia e depois as nações do chamado "mundo socialista" pretendem que se realizaram as previsões do esquema marxista de evolução da humanidade,

pretendendo ainda que neles se registraram todas as previsões anunciadas pelo citado esquema.

APÁTICOS E CRUÉIS

O fato de ter havido na Rússia uma revolução que liquidou a propriedade privada e que, na opinião de seus líderes, partidários e simpatizantes, estabeleceu o socialismo, prova, segundo dizem, como eram corretos os anúncios de Marx e Engels sobre a evolução da sociedade capitalista e seu fatal desaparecimento. Não é verdade, porque o regime que surgiu do golpe de Estado bolchevique e de todos os movimentos que, nos diversos países, seguiram o programa de Lenin, nada têm a ver com o socialismo autêntico, constituindo um totalitarismo cruel e opressivo, somente comparável ao que Hitler estabeleceu na Alemanha nazista. Com efeito, na pretensa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o poder está absolutamente nas mãos de uma burocracia de "dirigentes apáticos, hipócritas, cruéis e pequenos burgueses", segundo as palavras do sábio e contestatário russo Andrei Sakharov.

O regime soviético não pratica o decantado internacionalismo proletário, pois não passa de um imperialismo militarista e retrógrado, que nem sequer pode ser comparado com o imperialismo econômico capitalista, parecendo-se mais com os imperialismos primitivos da Antiguidade. A propriedade dos meios de produção e de troca foi, de fato, completamente abolida na URSS, mas não substituída pela propriedade coletiva e democrática de todos os integrantes da sociedade, mas sim por um coletivismo burocrático que é junto com o resto, a causa de construir a burocracia uma classe privilegiada cujos membros, embora não sejam individualmente donos de grandes riquezas, em conjunto controlam, dirigem e desfrutam da parte do leão de riqueza que, teoricamente, pertence à nação, representada pelo Estado; mas, como uma e o outro sempre foram pretextos sociais e políticos, na prática tudo o que forma tal riqueza é, de fato, propriedade da burocracia.

E esta burocracia, como todas as classes privilegiadas que a História registra, explora os trabalhadores, assegurando sua submissão, sem que eles tenham qualquer instrumento de defesa, por meio das leis e demais disposições que dita e faz cumprir, pela força do exército e da polícia. Quanto aos trabalhadores, não havendo na Rússia e nos demais países que se ajustam ao seu modelo outro padrão que não seja o Estado, falta-lhes até a relativa liberdade que o capitalismo lhes confere de servir à empresa que lhes convier, além de que, ao contrário do que acontece igualmente nas nações democráticas, não têm direito à greve nem contam com os meios jurídicos e associativos que, nas democracias, são coisas óbvias e naturais.

Tão retrógrado e desumano é o totalitarismo "soviético", autodenominado de "socialista", que Trotsky, apesar de ter sido até a sua morte defensor do sistema de que ele e Lenin foram os principais artífices, ao qual, quando muito, chamou de "Estado operário degenerado" e que, até às vésperas de seu falecimento, negou constituir a burocracia soviética uma classe à parte, Trotsky, dizíamos, ao referir-se ao estatismo do governo russo, afirmou: "A propriedade do Estado não é a de *todo o povo*, a não ser na medida em que desapareceram os privilégios e as distinções sociais... Em outras palavras, a propriedade do Estado se faz socialista na medida em que deixa de ser propriedade do Estado. Ao contrário, quanto mais o Estado soviético se eleva acima do povo, mais duramente se opõe, como guardião da propriedade, a esse povo, e mais claramente se coloca contra o caráter socialista da propriedade estatizada".

Por todas essas características do chamado "socialismo soviético", os operários das nações industrializadas não acreditam nele e voltaram-lhe as costas, até o ponto de apesar do que disse recentemente Solzjenitsyn e da ajuda dos capitalistas dos EUA, por exemplo, nesses países as grandes organizações sindicais constituem a vanguarda da luta contra o regime russo, criticando a classe capitalista e o seu próprio governo por tal ajuda.

BUROCRATAS E ESQUERDISTAS

Por seu turno, o proletariado das nações da América Latina tem uma atitude parecida com a de seus irmãos de classe da maioria dos países industrializados. Sem dúvida, há ocasiões em que alguns pequenos burgueses conseguem erigir-se como líderes de seus sindicatos, dirigindo-os, por certo tempo, pelos caminhos comunistóides que lhes convêm. Mas, quando chegam os momentos culminantes, a massa dos sindicatos operários demonstra com fatos que não simpatiza com o "socialismo" à moda russa. Isto sucedeu em Cuba, por ocasião da entrada de Castro e de seus asseclas em Havana. No Chile foi mais claro, enérgico e eloqüente, pois no princípio do caótico governo de Salvador Allende, os dirigentes sindicais conseguiram que os sindicatos apoiassem aquele regime; mas, à medida que o tempo avançou e as dificuldades do país cresceram, as organizações sindicais chilenas viram-se diante dos fatos e não há dúvida de que as grandes greves que realizaram, até mesmo contra empresas do Estado, constituíram um fator importante, não só para a tomada de consciência do exército contra Allende, como também para a queda final deste.

No Uruguai, os discípulos de Emilio Frugoni, que dirigiam a poderosa central sindical daquele país, um belo dia traíram o seu mestre e se declararam castristas. Mas não apoiaram os tupamaros. E quando o governo uruguaio — que, de um civilismo exemplar teve de passar a um quase militarismo — decidiu exterminar aqueles funestos aventureiros, o proletariado não moveu um dedo. Na Argentina, o sindicalismo operário não é comunista. No Brasil, também não. No México, idem, embora existam pequenos núcleos sindicais dirigidos por comunistas. E assim em toda a América Latina. Portanto, nesta não será pelo caminho do apoio ativo do proletariado que o comunismo poderá conquistar o poder, embora em algumas nações da região seja possível uma ajuda por omissão, inatividade ou cretinismo político dos sindicatos. Por que via, portanto, poderá o totalitarismo, com etiqueta comunista ou

não, chegar ao poder no conjunto de nações de que falamos, ou, pelo menos, num bom número delas? Tentemos uma explicação.

Marx, Engels e Lenin desprezaram sempre, olímpicamente, a pequena burguesia urbana, baseando-se na crença errônea de que, nas sociedades contemporâneas, sua constituição de classe se polarizaria, cedo ou tarde, em proletariado e burguesia, motivo pelo qual os demais extratos sociais não deveriam contar muito ou nada em sua evolução histórica. Erro crasso.

Na América Latina e em quase todos os outros países subdesenvolvidos, durante as últimas décadas, a pequena burguesia e política é constituída pelos: os intelectuais, os políticos oficialistas mais ou menos cultos ou incultos, os funcionários e empregados do Estado, bastante instruídos, os professores, a oficialidade dos exércitos, os líderes sindicais, os profissionais e técnicos de várias especialidades, o clero católico, os empregados das empresas privadas, os jornalistas, os pequenos proprietários, os comerciantes e os artesãos médios e pequenos, etc. Nos países desenvolvidos, todos esses grupos juntos ou separados, têm muito menos peso específico do que as classes burguesa e proletária, as quais, por seu relacionamento cooperativo ou de luta, são as que marcam o rumo histórico, ao lado do grosso do povo, que tem alto sentido de civilidade, pelo qual, nas eleições, faz respeitar seu voto, e o emite de acordo com os interesses nacionais.

Nos países subdesenvolvidos da América Latina não é assim, e resulta natural que a pequena burguesia assinale o sentido da evolução, não por que atuem premeditadamente, numa mesma direção, todos os grupos ou categorias que a formam. Não, mas, dentre eles, o fazem — ainda que seja por algo assim como um instinto político — parte dos intelectuais, os políticos oficialistas, os funcionários e os empregados governamentais, em muitas nações os líderes sindicais e os numerosos jornalistas que vendem suas penas.

Toda essa gente tem como denominador comum as tendências inerentes ao burocratismo e a inclinação para o lado de onde supõem que nascerá o sol da História, quando a batuta é erguida pelos intelectuais e por aqueles membros dos grupos citados que julgam ter informações sobre problemas universais. Mas nem hoje, nem nunca, tais informações passaram do superficial e, em troca, sempre se deixaram levar pelo oportunismo, que é inerente aos indivíduos e grupos que formam a pequena burguesia.

OS RÓTULOS PARA DISFARÇAR

Assim, por exemplo, o escritor russo Máximo Gorky declarou, em 1920, a um grupo de intelectuais norte-americanos e de outras nacionalidades: "No transcorrer dos últimos anos, os gritos de alarma dos intelectuais (sobre a revolução russa) tornaram-se coisa corrente. É natural, pois o trabalho dos intelectuais se reduziu sempre, em grande parte, a embelezar a vida dos burgueses". E, durante a guerra européia, em março de 1917, Romain Rolland escreveu: "A monstruosa razão de Estado levou os espíritos da Europa ao seguinte artigo de fé: o homem não tem ideal mais alto do que o de converter-se em servidor da comunidade. E a comunidade é definida como sendo o Estado". Ou seja, a permanente inclinação para o lado dos poderosos que de alguma forma satisfazem suas ambições. Tal inclinação chega a tal grau que o livro de Milovan Djilas, intitulado *A Nova Classe*, escrito com a tinta do heroísmo e cujo objetivo foi o de fazer o mundo compreender a infâmia do comunismo, sobretudo à pequena burguesia e aos intelectuais latino-americanos, resultou contraproducente, pois, graças às suas denúncias, essa gente pensou que era possível e conveniente pertencer à referida "nova classe", uma vez que, devido ao cretinismo político das grandes potências ocidentais, o chamado mundo socialista se fortalece cada vez mais.

Se, além do anterior, tivermos em conta que, segundo os estudiosos do fascismo de todas as cores, a pequena burgue-

sia foi, na Itália e na Alemanha, quem formou as hostes de seus respectivos totalitarismos, e que, na Rússia, a casta dominante, ainda que proletária na origem, converteu-se logo, como vimos, em pequena burguesia; por tudo isso, é natural, insistimos, que as influentes pequeno-burguesias latino-americanas, no poder ou ainda fora dele, simpatizem com a essência do fascismo, do totalitarismo comunista ou, pelo menos, com a tendência totalitária, seja ou não comunista, isto é, com qualquer tipo de totalitarismo.

Sendo assim, em muitos países da América Latina e de quase todo o Terceiro Mundo, vive-se atualmente um dos maiores paradoxos da História. O de que a pequena burguesia, desprezada por Marx, Engels e Lenin, teria em suas mãos o leme do Estado, da economia e dos mais importantes aspectos da vida social, cultural e política, devido ao fato de que as classes capitalista e proletária são fracas. Como a sua tendência é inevitavelmente totalitária, encaminha-se para o totalitarismo mais ou menos "puro" pela via da burocratização estatal, mediante o fomento da inflação e a nacionalização (estatização) dos bancos, das mais variadas empresas industriais e comerciais e, inclusive, da agricultura.

Por tudo isso, e até o ponto em que, com espírito objetivo e científico se pode fazer previsões sobre o futuro da América Latina, o porvir da maioria dos países que a formam será o totalitarismo pequeno-burguês e burocrático, que na essência se identifica com o comunismo, não importando que se disfarce com os rótulos do nacionalismo, do antiimperialismo, do revolucionarismo, do esquerdismo e até mesmo da democracia.

"Em matéria de disciplina o exemplo exerce uma ação bem mais eficaz que as palavras e o soldado regula sua obediência pelo que é praticado por seus chefes."

NAPOLÉÃO